

# **Relatório de Gestão | 2025**

**ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA  
CRUZ**

**FUNCIONAMENTO NORMAL**

12

## 0 CONTEÚDO

0	Conteúdo .....	2
1	NOTA INTRODUTÓRIA .....	3
2	Caracterização da Entidade .....	5
2.1	CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA .....	5
2.2	Identificação .....	5
2.3	Localização .....	5
2.4	Tutela: Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia– SRE .....	5
2.5	Regime Financeiro .....	6
2.6	Legislação .....	6
2.7	RECURSOS HUMANOS .....	6
2.8	Estrutura organizacional .....	7
2.9	Missão .....	10
2.10	Atribuições .....	11
2.11	Visão .....	11
2.12	Estrutura Interna da Escola .....	11
2.13	Descrição sumária das atividades .....	12
	Conselho da Comunidade Educativa.....	12
2.14	Perspetivas Futuras.....	15
3	Recursos Financeiros .....	16
3.1	Análise da Execução Orçamental .....	16
	Estrutura e execução da receita .....	17
	Estrutura e execução da despesa .....	20
	Encargos assumidos e não pagos.....	24
	Indicadores orçamentais.....	24
3.2	Ótica de análise das Demonstrações Financeiras .....	25
	Situação Económica .....	25
	Gastos operacionais.....	25
	Rendimentos operacionais .....	26
	Financiamento da atividade.....	27
	Apuramento dos Resultados.....	28
	Demonstração de Resultados .....	29
	Situação Financeira .....	30
	Balanço .....	30
	Lançamentos de abertura do exercício.....	32

1

3.3	Proposta de aplicação de resultados .....	32
-----	---	----

## **1**    **NOTA INTRODUTÓRIA**

---



O presente relatório visa dar cumprimento à Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, que estabelece a aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC – AP), no que concerne ao parágrafo 34 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27, do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

A Escola Básica e Secundária de Santa Cruz, tem como missão, atribuições, visão, organograma e recursos humanos.

Este relatório apresenta uma análise financeira das atividades desenvolvidas pela Escola Básica e Secundária de Santa Cruz no decurso do ano de 2025. A análise tem por base as despesas de funcionamento da escola, que se dividem em três categorias principais: despesas com pessoal, outras despesas correntes e despesas de capital.

Simultaneamente, é efetuada uma análise às despesas do projeto ERASMUS +, designados por Projeto ERASMUS, e das operações de financiamento relacionadas com o Instrumento de Recuperação e Resiliência demonstrando o compromisso da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz com a otimização dos recursos financeiros e a utilização eficiente dos fundos recebidos. A escola demonstra uma gestão responsável e transparente das suas finanças, assegurando a utilização adequada dos recursos para o desenvolvimento de projetos e iniciativas que beneficiam a comunidade escolar.

O presente documento serve como relatório de gestão da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz para o ano de 2025. Este relatório tem como objetivo apresentar uma visão abrangente das operações da escola, do ambiente em que atua e da sua dinâmica económica e financeira.

O relatório de gestão, constitui um importante instrumento de apoio à gestão desta escola, que pretende fornecer uma imagem fiel e clara dos factos ocorridos no exercício económico em questão, espelhados nas demonstrações financeiras de forma estruturada, tendo em consideração toda a informação relevante que possa ter, em termos de análise e de avaliação da execução financeira, na ótica da contabilidade orçamental e financeira.

1

## **2 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE**

---

### **2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA**

A Escola Básica e Secundária de Santa Cruz é um organismo público, dotado de autonomia administrativa tendo como missão a educação e formação.

Estatui o artigo 46.º do Orçamento da RAM para 2025 que durante o ano de 2025, ficam suspensos os fundos escolares previstos nos artigos 31.º a 34.º do Decreto Legislativo Regional n.º 4/2000/M, de 31 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, de 21 de junho, nas escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário da Região Autónoma da Madeira”, neste caso na Escola Básica e Secundária de Santa Cruz. A fusão por incorporação existe quando uma ou mais entidades, com extinção da sua personalidade jurídica, passam a fazer parte integrante de uma outra, que assume a totalidade dos direitos e obrigações das incorporadas.

### **2.2 IDENTIFICAÇÃO**

Designação: ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA CRUZ

Número de Identificação Fiscal: 671 000 268

### **2.3 LOCALIZAÇÃO**

Morada: Avenida 2 de Agosto de 1996, n.º 2 – 9100-235 SANTA CRUZ

Telefone: 291 520 050

E-mail: ebsscruz@edu.madeira.gov.pt

Classificação Orgânica: Funcionamento Normal 43 0 01 07 07

Investimento 43 9 50 07 07

### **2.4 TUTELA: SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA— SRE**



## 2.5 REGIME FINANCEIRO

**Natureza Jurídica:** Pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa.

## 2.6 LEGISLAÇÃO

**Constituição:** Portaria nº 66/92, de 25 de Fevereiro

**Orgânica e Funcionamento:** Decreto Legislativo Regional nº. 4/2000/M de 31 de janeiro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº. 21/2006/M, de 21 de junho.

## 2.7 RECURSOS HUMANOS

A 31 de dezembro de 2025 a Escola Básica e Secundária de Santa Cruz, contava com 197 colaboradores, distribuídos de acordo com os Quadros seguintes:

### PESSOAL DOCENTE:

a)	Quadro Escola	46
	Quadro Zona Ped.	83
	Contratado	7
	Total Pessoal docente	136

a) 3 exercem funções diretivas

### PESSOAL NÃO DOCENTE:

Técnico superior	5
Técnico de Informática	1
Assistentes técnicos	16
Chefe de Departamento	1
Técnico de apoio à infância	1
Assistentes operacionais a)	37
Total Pessoal docente	61

a) Inclui 9 elementos do Programa MAIS

### Quadro 1 – Colaboradores da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz

De acordo com o **Quadro 2**, verifica-se que o pessoal docente (69,04%) juntamente com os técnicos superiores (2,54%) representam 71.58%, o que significa que

7

a Escola Básica e Secundária de Santa Cruz, na sua maioria é constituído por pessoal com elevada competência técnica.

O **Quadro 2** apresenta a distribuição dos colaboradores pelas diversas unidades orgânicas que constituem Escola Básica e Secundária de Santa Cruz:

**PESSOAL NÃO DOCENTE:**

Técnico Superior		5
Informática	Técnico de informática	1
Assistentes Técnicos	ASE/Place	4
	Áudio visuais	1
	Laboratório	1
	Administrativos	10
Chefe de Departamento		1
Técnico de Apoio à Infância		1
Assistente Operacional	Enc Operacional	0
	Assistentes Operacionais	28
	Programa MAIS	9
TOTAL Pessoal não docente		61

**O Quadro 2 - Colaboradores por serviço**

**2.8 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

O organigrama da escola compõe-se dos órgãos de direção administração e gestão, estruturas de orientação educativa, estruturas de apoio educativo e outras, segundo o esquema seguinte:

O organograma da Escola incluindo os órgãos de natureza consultiva e de fiscalização.





1

Educação Especial	Dulce de Fátima da Silva Freitas Ferreira
Elementos sem direito a voto:	
Pres do Conselho Executivo	Rui Herculano Lobo de Freitas
Pres do Conselho Pedagógico	Élvio de Nóbrega Leça

### CONSELHO EXECUTIVO

Cargo	Nome
Presidente	Rui Herculano Lobo de Freitas
Assessora	Maria da Luz de Freitas da Mata
Vice-presidente	Teresa Maria Gouveia da Mata
Assessor	Pedro Manuel Ferreira da Costa
Vice-presidente	Élvio de Nóbrega Leça

### CONSELHO AMINISTRATIVO

Cargo	Nome
Presidente	Rui Herculano Lobo de Freitas
Vice-presidente	Teresa Maria Gouveia da Mata
Secretário	José Laurentino Fernandes de Sousa

### COORDENADORES DE DEPARTAMENTO

Departamento	Nome
Expressões	Ana Isabel Rodrigues
Ciências Exatas, da Natureza e Tecnologias	Conceição Carvalho
Ciências Sociais e Humanas	Lurdes Fernandes
Línguas	Magna Vasconcelos
Ensino Especial	Jorge Matos

### DELEGADOS DE DISCIPLINA

Grupo disciplinar	Nome
História e Geografia de Portugal (2º ciclo)	Irene Antunes
História (3º ciclo/Sec.)	Lurdes Fernandes
Geografia (3º ciclo/Sec.)	José Arlindo Aguiar
Filosofia (Sec.)	Luísa Senra
Português (2º ciclo)	Sónia Vieira
Português (3º ciclo/Sec.)	Mónica Alexandra
Inglês (2º ciclo)	Helena Rocha
Inglês (3º ciclo/Sec.)	Lina Pestana

Francês (Sec.)	<i>Magna Vasconcelos</i>
Matemática (2º ciclo)	<i>Joana Soares</i>
Matemática (3º ciclo/Sec.)	<i>José Horácio Franco</i>
Ciências Naturais (2º ciclo)	<i>Marlene Patrícia P Ribeiro</i>
Ciênc. Nat./Biologia/CTV (3º ciclo/Sec.)	<i>Conceição Carvalho</i>
Informática	<i>Nuno Vieira</i>
ET / EV	<i>Ana Isabel Rodrigues</i>
Educação Visual	<i>Lília Jardim</i>
Educação Física (2º ciclo)	<i>Filipa Felgueira</i>
Educação Física (3º ciclo)	<i>Carla Jesus</i>
Educação Musical	<i>Susana Janice</i>
Eletrotecnia	<i>Nuno Chelas</i>
Educação Especial	<i>Jorge Matos</i>

### COORDENADORES DE CICLO

<b>Nível</b>	<b>Nome</b>
2º ciclo	<i>Joana Soares</i>
3º ciclo	<i>Helena Pereira</i>
Secundário	<i>Luísa Senra</i>

## 2.9 Missão

A Escola Básica e Secundária de Santa Cruz tem por missão prestar à comunidade um serviço educativo e formativo de excelência.

A centralidade da nossa missão está no aluno, pois é para ele que se trabalha. Deste modo, é em função dele que a escola se tem vindo a adaptar constantemente. Assim, é desejo central da nossa escola envolver toda a comunidade educativa no seu PEE, assegurando a todos a igualdade de oportunidades no acesso a um ensino de qualidade, numa escola que seja um lugar de cooperação, de solidariedade e de cidadania, contribuindo para o seu sucesso, acolhendo todos sem distinção, assegurando o progresso de cada aluno de acordo com as suas idiossincrasias e as suas aspirações num ambiente são, no qual, para além de serem respeitadas as diferenças, é valorizada a diversidade. *Unus pro omnibus, omnes pro uno.*

1

## **2.10 ATRIBUIÇÕES**

Escola é constituída pelo Conselho da Comunidade Educativa, Diretor e Adjuntos, Conselho Pedagógico e Conselho Administrativo, e por estruturas de orientação educativa, estruturas de apoio educativo e outras conforme organigrama acima, cujas atribuições são as previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M.

O Conselho da Comunidade Educativa é o órgão de direção responsável pela definição da política educativa da Escola.

O Conselho Executivo é o órgão de gestão da escola nas áreas pedagógicas, cultural, administrativa e financeira e é assegurado por um órgão colegial ou por um director, de acordo com a política educativa da escola definida pelo Conselho da Comunidade Educativa.

O Conselho Pedagógico é o órgão de coordenação e orientação educativa da escola.

## **2.11 Visão**

A centralidade da nossa missão está no aluno e é em função dele que a Escola se tem vindo a adaptar. Assim é desejo central da nossa escola envolver toda a comunidade educativa no nosso Projeto Educativo, assegurando a todos a igualdade de oportunidades no acesso a um ensino de qualidade, numa escola que seja um lugar de cooperação, de solidariedade e de cidadania, contribuindo para o seu sucesso, acolhendo todos sem distinção, assegurando o progresso a cada aluno de acordo com as idiossincrasias e as suas aspirações num ambiente são.

É fundamental garantir a todos os alunos e a todos os que trabalham na escola o seu bem-estar e, particularmente, a sua segurança. Atendendo à evolução constante do mundo que nos rodeia, deparamo-nos com novos desafios – socioculturais, tecnológicos – e consumimos resolutamente a nossa vontade de contribuir para a sua compreensão e a necessária mudança, oferecendo um serviço de qualidade.

## **2.12 ESTRUTURA INTERNA DA ESCOLA**

1

A autonomia da escola preconizada no Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, é o poder reconferido à escola pela administração educativa de tomar decisões no domínio estratégico, pedagógico, administrativo, financeiro e organizacional no quadro do seu Projeto Educativo. Este, o Regulamento Interno e o Plano Anual constituem instrumentos do processo de autonomia das escolas.

A organização interna dos serviços da escola obedece ao modelo de estrutura, constituída por Conselho da Comunidade Educativa, Conselho Executivo, Conselho Pedagógico, e Conselho Administrativo.

## **2.13 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES**

### **Conselho da Comunidade Educativa**

Conselho da Comunidade Educativa é o órgão de direção responsável pela definição da política educativa da escola, com respeito pelos princípios consagrados na Constituição da República, na Lei de Bases do Sistema Educativo e no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira. O Conselho da Comunidade Educativa é o órgão de participação e representação da comunidade educativa.

As competências do Conselho da Comunidade Educativa são as previstas no artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Eleger o respectivo presidente de entre os seus membros docentes;
- b) Aprovar o projecto educativo da escola, acompanhar e avaliar a sua execução;
- c) Aprovar o regulamento interno da escola;
- d) Dar parecer sobre o plano anual de escola, verificando da sua conformidade com o projecto educativo;
- e) Apreciar os relatórios periódicos e o relatório final de execução do plano anual de escola;
- f) Dar parecer sobre as linhas orientadoras de elaboração do orçamento;
- g) Dar parecer sobre as contas de gerência;
- h) Apreciar os resultados do processo de avaliação interna e externa da escola, propondo e promovendo as medidas tendentes à melhoria da qualidade do serviço público de educação;

1

- i) Promover e incentivar o relacionamento no seio da comunidade educativa;
- j) Propor aos órgãos competentes e colaborar activamente em actividades necessárias à formação para a participação e para a responsabilização dos diversos sectores da comunidade educativa, designadamente na definição e prestação de apoio sócio-educativo;
- l) Propor e colaborar activamente em actividades de formação cívica e cultural dos seus representantes;
- m) Nomear e dar posse aos membros do conselho executivo ou director e adjuntos;
- n) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

### **O Conselho Executivo**

O Presidente e os respetivos Vice-presidentes constituem o órgão de gestão da escola nas áreas pedagógica, cultural, administrativa e financeira.

O Presidente e os Vice-presidentes detêm as competências previstas no artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- 1 — Compete ao conselho executivo, ouvido o conselho pedagógico:
  - a) Submeter à aprovação do conselho da comunidade educativa o projecto educativo da escola, mediante a constituição de equipa por si designada para o efeito;
  - b) Elaborar e submeter à aprovação do conselho da comunidade educativa o regulamento interno da escola.
- 2 — No plano da gestão pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, compete ao conselho executivo, em especial:
  - a) Definir o regime de funcionamento da escola;
  - b) Elaborar o projecto de orçamento, ouvido o conselho da comunidade educativa;
  - c) Elaborar o plano anual de escola e aprovar o respectivo documento final, ouvidos os conselhos da comunidade educativa e pedagógico;
  - d) Elaborar os relatórios periódicos e final de execução do plano anual de escola;
  - e) Superintender na constituição de turmas e na elaboração de horários;
  - f) Distribuir o serviço docente e não docente;

1

- g) Designar os directores de turma;
- h) Planear e assegurar a execução das actividades no domínio da acção social escolar;
- i) Gerir as instalações, espaços e equipamentos, bem como os outros recursos educativos;
- j) Estabelecer protocolos e celebrar acordos de cooperação ou de associação com outras escolas e instituições de formação, autarquias, colectividades e outras entidades;
- l) Proceder à selecção e recrutamento de pessoal docente e não docente, salvaguardado o regime legal de concursos;
- m) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

### **Conselho Pedagógico**

O Conselho Pedagógico é o órgão de orientação e coordenação educativa da escola, nomeadamente no domínio pedagógico-didático e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente, e compete-lhe o estatuido no artigo 23.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Eleger o respectivo presidente de entre os seus membros docentes;
- b) Aprovar o projecto educativo da escola, acompanhar e avaliar a sua execução;
- c) Aprovar o regulamento interno da escola;
- d) Dar parecer sobre o plano anual de escola, verificando da sua conformidade com o projecto educativo;
- e) Apreciar os relatórios periódicos e o relatório final de execução do plano anual de escola;
- f) Dar parecer sobre as linhas orientadoras de elaboração do orçamento;
- g) Dar parecer sobre as contas de gerência;
- h) Apreciar os resultados do processo de avaliação interna e externa da escola, propondo e promovendo as medidas tendentes à melhoria da qualidade do serviço público de educação;
- i) Promover e incentivar o relacionamento no seio da comunidade educativa;



- j) Propor aos órgãos competentes e colaborar activamente em actividades necessárias à formação para a participação e para a responsabilização dos diversos sectores da comunidade educativa, designadamente na definição e prestação de apoio sócio-educativo;
- k) Propor e colaborar activamente em actividades de formação cívica e cultural dos seus representantes;
- l) Nomear e dar posse aos membros do conselho executivo ou director e adjuntos;
- m) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

### **Conselho Administrativo**

O Conselho Administrativo é o órgão deliberativo em matéria administrativo da escola, nos termos da legislação em vigor. Compete ao Conselho Administrativo o estabelecido no artigo 28.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Aprovar o projecto de orçamento anual da escola;
- b) Elaborar o relatório de contas de gerência;
- c) Autorizar a realização de despesas e o respectivo pagamento, fiscalizar a cobrança de receitas e verificar a legalidade da gestão financeira da escola;
- d) Zelar pela actualização do cadastro patrimonial da escola;
- e) Exercer as demais competências que lhe estão legalmente cometidas.

### **2.14 PERSPETIVAS FUTURAS**

Prosseguindo na grande finalidade de promover o sucesso educativo numa perspectiva pluridimensional, a ação da EBSSC irá, entre 2022 e 2026, orientar-se pelos seguintes objetivos gerais:

1. Busca da melhoria em toda a ação da escola em função- do sucesso educativo dos seus alunos, através do estabelecimento de metas bem claras e justas no desempenho docente.

2. Diversificação da oferta curricular da escola, através da persistência na criação de oportunidades e alternativas de formação para os seus alunos tendo em vista as suas aptidões e dificuldades e a sua integração na vida ativa;
3. Promoção de princípios de cidadania, reforçando o papel formativo da escola na sensibilização para os valores e a sua ligação à comunidade em que se insere e a uma comunidade mais alargada - o mundo;
4. Investimento na educação ambiental, promovendo a literacia do oceano em prol de um desenvolvimento sustentável e de uma "economia azul", e estimulando o lazer, o desporto e um maior conhecimento das nossas áreas marinhas protegidas.

### **3 RECURSOS FINANCEIROS**

---

Este capítulo tem como objetivo analisar e reportar os aspetos mais relevantes do desempenho orçamental e financeiro da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz no ano económico de 2025. A análise será baseada nas demonstrações financeiras da escola, com destaque para a evolução das suas principais componentes.

#### **3.1 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

##### **Orçamento da receita**

Este capítulo tem como objetivo analisar a receita cobrada da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz no ano económico de 2025. A análise se baseia nos dados disponibilizados, com destaque para o montante global arrecadado, a comparação com as previsões corrigidas e a desagregação por fonte de receita.

No ano económico de 2025, a receita cobrada registou um montante global de 8 716 296,64 EUR, a que corresponde 97,65% face às previsões corrigidas, desagregada em transferências do orçamento da Orçamento da Região Autónoma da Madeira.





Considerando o "Anexo X", emitido pela DROT através da Circular nº 4/ORÇ/2024, de 23 de agosto, a fonte de financiamento (FF) com maior expressividade são as provenientes das transferências correntes do Orçamento da Região Autónoma da Madeira, respetivamente a fonte financiamento 311.

### Estrutura e execução da receita

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA CRUZ

Estrutura e execução da Receita

SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

RECEITA	Dados	Previsões Iniciais	Previsões corrigidas	Liquidações emitidas	Liquidações recebidas	Estrutura Receita	Execução Receita
<b>CORRENTES</b>		<b>8 820 455,00</b>	<b>8 891 723,00</b>	<b>8 700 484,77</b>	<b>8 700 484,77</b>	<b>99,82%</b>	<b>97,85%</b>
Esforço financeiro nacional (OE)		8 458 238,00	8 509 153,00	8 355 321,16	8 355 321,16	95,86%	98,19%
311							
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		8 072 794,00	8 166 709,00	8 113 957,54	8 113 957,54	93,09%	99,35%
381							
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		295 639,00	252 639,00	154 990,18	154 990,18	1,78%	61,35%
386							
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1 000,00	400,00	-	-	0,00%	0,00%
07-VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES		86 805,00	87 155,00	84 565,38	84 565,38	0,97%	97,03%
08-OUTRAS RECEITAS CORRENTES		-	300,00	300,00	300,00	0,00%	100,00%
04-TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES		2 000,00	1 950,00	1 508,06	1 508,06	0,02%	77,34%
Financiamento da UE		362 217,00	382 570,00	345 163,61	345 163,61	3,96%	90,22%
483							
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		288 458,00	301 601,00	277 011,15	277 011,15	3,18%	91,85%
484							
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		73 759,00	73 759,00	60 942,46	60 942,46	0,70%	82,62%
439							
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		-	7 210,00	7 210,00	7 210,00	0,08%	100,00%
<b>CAPITAL</b>		<b>26 015,00</b>	<b>24 015,00</b>	<b>5 644,74</b>	<b>5 644,74</b>	<b>0,06%</b>	<b>23,51%</b>
Esforço financeiro nacional (OE)		24 537,00	22 537,00	4 397,24	4 397,24	0,05%	19,51%
381							
10-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		24 537,00	22 537,00	4 397,24	4 397,24	0,05%	19,51%
Financiamento da UE		1 478,00	1 478,00	1 247,50	1 247,50	0,01%	84,40%
483							
10-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1 211,00	1 211,00	1 022,54	1 022,54	0,01%	84,44%
484							
10-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		267,00	267,00	224,96	224,96	0,00%	84,25%
<b>OUTRAS RECEITAS</b>		<b>-</b>	<b>10 168,00</b>	<b>10 167,13</b>	<b>10 167,13</b>	<b>0,12%</b>	<b>99,99%</b>
Esforço financeiro nacional (OE)		-	10 168,00	10 167,13	10 167,13	0,12%	99,99%
386							
16-SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		-	10 168,00	10 167,13	10 167,13	0,12%	99,99%
<b>Total Geral</b>		<b>8 846 470,00</b>	<b>8 925 906,00</b>	<b>8 716 296,64</b>	<b>8 716 296,64</b>	<b>100,00%</b>	<b>97,65%</b>

### Quadro n.º 1 – Estrutura e execução da Receita

O Quadro 1 - "Estrutura de Execução da Receita" oferece uma visão abrangente da composição das receitas da escola, categorizadas em três grupos principais: receitas correntes, receitas de capital e outras receitas.

A análise baseia-se nos dados disponibilizados, destacando as fontes de receita, as previsões iniciais e corrigidas, a receita liquidada e cobrada, bem como o grau de execução.

A receita da escola concentra-se basicamente nas receitas correntes, que representam a maior parte dos seus recursos financeiros, com maior evidência nas

7

originárias do esforço financeiro nacional, isto é, as receitas provenientes do orçamento de estado e as receitas provenientes do financiamento da UE.

Relativamente às receitas provenientes do esforço financeiro nacional destacam-se as receitas gerais não afetas a projetos cofinanciados, maioritariamente procedentes do agrupamento económico das transferências correntes das fontes financiamento 311 e 381. A receita originária deste agrupamento económico na fonte de financiamento 311 determinou inicialmente uma previsão no montante global de 8 072 794,00 EUR, a qual no decorrer do exercício económico passou para uma previsão corrigida no montante global de 8 166 709,00 EUR. A receita liquidada deste agrupamento na fonte financiamento 311, foi no montante global de 8 113 957,54 EUR e a receita cobrada no mesmo montante, apresentando assim um grau de execução significativo de 99,35%.

Relativamente à fonte financiamento 381 inicialmente com uma previsão no montante global de 295 639,00 EUR, a qual no decorrer do exercício económico passou para uma previsão corrigida no montante global de 252 639,00 EUR. A receita liquidada deste agrupamento na fonte financiamento 381, foi no montante global de 154 990,18 EUR e a receita cobrada no mesmo montante, apresentando assim um grau de execução significativo de 61,35%.

De modo análogo a estas receitas, existem também as receitas com proveniência nas receitas gerais - dotação com compensação, receita da fonte de financiamento 386, com principal relevância para as originárias do agrupamento das vendas de bens e serviços correntes, apresentando uma previsão inicial de 86 805,00 EUR, ao longo do exercício económico passou para previsão corrigida de 87 155,00 EUR. No final do exercício económico apresentou um montante global de 84 565,38 EUR de receita liquidada e cobrada. Seguindo-se do agrupamento das taxas, multas e outras penalidades, apresentando um montante inicial de 2 000,00 EUR, ao longo do exercício económico esta previsão foi corrigida para 1 950,00 EUR, e no final do exercício económico apresentou um montante global de 1 508,06 EUR de receita liquidada e cobrada. A categoria de transferências correntes apresentou uma previsão inicial no montante de 1 000,00 EUR, que passou para previsão corrigida de 400,00 EUR e no final do exercício económico apresentou um montante global de 0 EUR de receita liquidada e cobrada.

1

Analisando as receitas de capital, provenientes do esforço financeiro nacional destacam-se o agrupamento económico das transferências de capital apresentando um montante de previsão inicial de 24 537,00 EUR e um montante de previsão corrigida de 22 537,00 EUR. No final do exercício económico apresentou um montante global de 4 397,24 EUR de receita liquidada e cobrada.

Tendo em conta, as receitas provenientes do financiamento da UE da fonte de financiamento 439 - ERASMUS, referentes ao agrupamento económico das transferências correntes, estas apresentam uma previsão corrigida de 7 210,00 EUR e receita liquidada e cobrada 7 210,00 EUR.

No que diz respeito às receitas provenientes do financiamento da UE, as receitas referentes ao agrupamento económico das transferências correntes da fonte financiamento 483 registaram uma previsão inicial no montante de 288 458,00 EUR, ao longo do exercício económico esta previsão foi corrigida para 301 601,00 EUR. No final do exercício económico registou uma receita liquidada e cobrada um montante de 277 011,15 EUR.

Considerando-se ainda as receitas da fonte de financiamento 484, que iniciaram com uma previsão no montante de 73 759,00 EUR, e durante o exercício económico mantiveram o montante de previsão corrigida, sendo que, a 31 de dezembro de 2025, a escola apurou um montante global de 60 942,46 EUR de receita liquidada e cobrada.

Analisando as receitas de capital, provenientes do financiamento da UE destacam-se o agrupamento económico das transferências de capital, da fonte de financiamento 483, apresentando um montante de previsão inicial de 1 211,00 EUR e um montante de previsão corrigida de 1 211,00 EUR. No final do exercício económico apresentou um montante global de 1 022,54 EUR de receita liquidada e cobrada. Considerando-se ainda as receitas de capital da fonte de financiamento 484, que iniciaram com uma previsão no montante de 267,00 EUR, e durante o exercício económico mantiveram o montante de previsão corrigida, sendo que, a 31 de dezembro de 2025, a escola apurou um montante global de 224,96 EUR de receita liquidada e cobrada.

Por fim, as outras receitas provenientes do esforço financeiro nacional, respeitantes às receitas da fonte financiamento 386 de saldos da gerência anterior,



iniciaram com uma previsão corrigida de 10 168,00 EUR e no encerramento do exercício económico, as receitas totais somaram o montante de 10 167,13 EUR.

## Orçamento da despesa

A execução de despesa está diretamente relacionada com necessidades de funcionamento da escola, decorrente do projeto educativo e plano de atividades da escola, podendo a mesma, ser influenciada de forma positiva pela eficiência dos órgãos de administração e gestão, mas por outro lado, pelo desempenho das estruturas de orientação educativa e estruturas de apoio educativo.

## Estrutura e execução da despesa

A despesa executada no orçamento relativo ao exercício de 2025 ascendeu ao montante total de 8 697 918,43 EUR, o que correspondeu a uma taxa de execução orçamental de 95,89% do orçamento corrigido.

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA CRUZ		Estrutura e execução da Despesa				
		SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas				
DESPESA	Dados Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Obrigações processadas	Obrigações pagas	Estrutura Despesa	Execução Despesa
CORRENTES	8 820 455,00	8 901 891,00	8 692 273,69	8 553 463,77	99,93%	96,09%
Esforço financeiro nacional (OE)	8 458 238,00	8 519 321,00	8 354 320,08	8 215 510,16	95,99%	96,43%
311						
01-DESPESAS COM O PESSOAL	8 020 781,00	8 124 842,00	8 075 062,77	7 936 275,35	92,72%	97,68%
04-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	52 013,00	41 867,00	38 894,77	38 894,77	0,45%	92,90%
381						
02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	295 389,00	252 389,00	154 990,15	154 990,15	1,81%	61,41%
03-JUROS E OUTROS ENCARGOS	250,00	250,00	0,03	0,03	0,00%	0,01%
386						
02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	89 341,00	99 109,00	84 884,77	84 884,77	0,99%	85,65%
06-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	464,00	864,00	487,59	465,09	0,01%	53,83%
Financiamento da UE	362 217,00	382 570,00	337 953,61	337 953,61	3,95%	88,34%
483						
02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	288 458,00	301 601,00	277 011,15	277 011,15	3,24%	91,85%
484						
02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	73 759,00	73 759,00	60 942,46	60 942,46	0,71%	82,62%
439						
04-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	7 210,00	-	-	0,00%	0,00%
CAPITAL	26 015,00	24 015,00	5 644,74	5 644,74	0,07%	23,51%
Esforço financeiro nacional (OE)	24 537,00	22 537,00	4 397,24	4 397,24	0,05%	19,51%
381						
07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	24 537,00	22 537,00	4 397,24	4 397,24	0,05%	19,51%
Financiamento da UE	1 478,00	1 478,00	1 247,50	1 247,50	0,01%	84,40%
483						
07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1 211,00	1 211,00	1 022,54	1 022,54	0,01%	84,44%
484						
07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	267,00	267,00	224,96	224,96	0,00%	84,25%
Total Geral	8 846 470,00	8 925 906,00	8 697 918,43	8 559 108,51	100,00%	95,89%

1

**Quadro n.º 2 – Estrutura e execução da Despesa**

Neste orçamento, a despesa executada distribui-se por diversas fontes de financiamento.

A despesa executada concentrou-se basicamente nas despesas correntes e despesas de capital.

A maior relevância verifica-se para as despesas contabilizadas no esforço financeiro nacional no agrupamento das despesas correntes, na fonte financiamento 311, representando assim um peso considerável no orçamento de despesa, com principal destaque para o agrupamento económico das despesas com pessoal, apresentando uma dotação inicial de 8 020 781,00 EUR no agrupamento 01 e de 52 013,00 EUR no agrupamento 04. No período em análise contabilizou um montante de 8 124 842,00 EUR de dotação corrigida no agrupamento 01 e de 41 867,00 EUR no agrupamento 04. No encerramento do exercício económico, as obrigações processadas no agrupamento 01 foram de 8 075 062,77 EUR, sendo que as obrigações pagas nesse agrupamento foram 7 936 275,35 EUR, enquanto no agrupamento 04 as obrigações processadas e pagas totalizaram o montante de 38 894,77 EUR, absorvendo um total de 97,68% e de 92,90%, respetivamente, do total da despesa executada tornando as restantes despesas pouco expressivas. A parte mais significativa desta despesa executada está diretamente relacionada com as remunerações certas e permanentes e as Contribuições para Segurança Social no montante global de 1 405 806,02 EUR.

Relativamente à fonte financiamento 381 na aquisição de bens e serviços correntes, inicialmente com uma despesa orçamentada no montante global de 295 389,00 EUR, a qual no decorrer do exercício económico ajustada para uma dotação corrigida no montante global de 252 389,00 EUR. Ao longo do exercício económico apresentou obrigações processadas no montante de 154 990,15 EUR e pagas no mesmo montante, absorvendo 61,41% do total da despesa executada. Ainda relativamente à fonte de financiamento 381, os juros e outros encargos apresentaram dotações iniciais no montante de 250,00 EUR, mantendo o montante na dotação corrigida. No final do

exercício económico apresentou um montante global de 0,03 EUR de obrigações processadas e pagas.

As despesas contabilizadas no esforço financeiro nacional, como despesas de capital inerentes à fonte de financiamento 381, apresentam uma dotação inicial no montante de 24 537,00 EUR e uma dotação corrigida no montante de 22 537,00 EUR. Concluído o exercício económico, a escola apurou um montante global de obrigações processadas e pagas de 4 397,24 EUR.

A despesa na fonte financiamento 386 concentrou-se basicamente nas despesas correntes, com principal destaque para o agrupamento económico da aquisição de bens e serviços correntes com uma dotação inicial no montante de 89 341,00 EUR, ao longo do exercício económico foi ajustada para uma dotação corrigida de 99 109,00 EUR. No final do exercício apresentou um montante global de obrigações processadas de 84 884,77 EUR e pagas no mesmo montante. Seguindo-se do agrupamento das outras despesas correntes, apresentando um montante inicial de 464,00 EUR e corrigido de 864,00 EUR. Ao longo do exercício económico as obrigações processadas apresentaram um montante de 487,59 EUR, e no final do exercício económico apresentou 465,09 EUR de obrigações pagas.

Tendo em conta, as despesas efetuadas com financiamento da UE na fonte de financiamento 439 – ERASMUS, estas apresentam um montante 7 210,00 EUR de dotação corrigida, no período em análise contabilizou um montante de 0,00 EUR de obrigações processadas e pagas.

Relativamente às despesas com fonte de financiamento 483 no agrupamento económico da aquisição de bens e serviços correntes aquisição de bens e serviços correntes, apresentaram uma dotação inicial de 288 458,00 EUR, com dotação corrigida no montante de 301 601,00 EUR e no final do exercício económico alcançaram um montante de 277 011,15 EUR de obrigações processadas e pagas.

No período de 2025 as despesas com a fonte de financiamento 484 no agrupamento económico da aquisição de bens e serviços correntes aquisição de bens e serviços correntes, apresentaram uma dotação inicial e corrigida de 73 759,00 EUR e

durante o exercício económico ajustaram para um montante de 60 942,46 EUR de obrigações processadas e pagas.

As despesas contabilizadas no financiamento da UE, como despesas de capital inerentes à fonte de financiamento 483, apresentam uma dotação inicial e corrigida no montante de 1 211,00 EUR. Concluído o exercício económico, a escola apurou um montante global de obrigações processadas e pagas de 1 022,54 EUR. Tendo em conta a fonte de financiamento 484, esta apresenta um montante 267,00 EUR de dotação inicial e corrigida, no período em análise contabilizou um montante de 224,96 EUR de obrigações processadas e pagas.

### ***Evolução da despesa***

A despesa paga no orçamento relativo ao exercício de 2025 ascendeu ao montante global de 8 559 108,51 EUR.

No período de 2025, a despesa paga referente à fonte financiamento 311, concentrou-se basicamente nas despesas correntes. O pagamento nas despesas correntes foi de 8 553 463,77 EUR com maior reflexo no agrupamento económico de despesas com o pessoal, nomeadamente no agrupamento 01 num total de 7 936 275,35 EUR e no agrupamento 04 no montante de 38 894,77 EUR, perfazendo um total de 7 975 170,12 EUR. Seguindo-se a despesa relativa à fonte financiamento 381, com maior destaque no agrupamento económico das aquisições de bens e serviços correntes, correspondendo ao montante de 154 990,15 EUR de despesa paga. Seguido do agrupamento económico de juros e outros encargos no montante de 0,03 EUR de obrigações pagas.

As despesas contabilizadas como despesas de capital inerentes à fonte de financiamento 381, apresentaram obrigações pagas no montante de 4 397,24 EUR.

A despesa paga da fonte financiamento 386 concentrou-se basicamente nas despesas correntes, com principal destaque para o agrupamento económico das aquisições de bens e serviços correntes ascendendo a uma despesa paga no montante

de 84 884,77 EUR. Seguindo-se do agrupamento das outras despesas correntes, apresentando um montante de obrigações pagas de 465,09 EUR.

As despesas pagas na fonte financiamento 439 referentes ao projeto Erasmus apresentaram um montante pago de 0,00 EUR.

Em seguida, na fonte de financiamento 483 temos de despesa paga no agrupamento económico das aquisições de bens e serviços correntes um montante de 277 011,15 EUR. As despesas contabilizadas como despesas de capital inerentes à fonte de financiamento 483, apresentaram obrigações pagas no montante de 1 022,54 EUR.

Por fim, a fonte de financiamento 484 apresentou despesa paga no agrupamento económico das aquisições de bens e serviços correntes num montante de 60 942,46 EUR. As despesas contabilizadas como despesas de capital inerentes à fonte de financiamento 484, apresentaram obrigações pagas no montante de 224,96 EUR.

### **Encargos assumidos e não pagos**

Registaram-se encargos assumidos e não pagos (EANP) no final do exercício económico de 2025, no montante de 138 809,92EUR (neste momento já se encontram integralmente pagos).

### **Indicadores orçamentais**

Indicador	Formula de cálculo	2025	2024	Var %
Grau de Execução Orçamental da Receita (%)	Receita cobrada Líquida/Previsões corrigidas	97,7%	97,5%	0%
Grau de Execução Orçamental da Despesa (%)	Despesa paga líquida / Dotações corrigidas	95,9%	97,4%	-1%
Grau de Realização das Liquidações (%)	Recbimentos / Liquidações	100,0%	100,0%	0%
Grau de execução das Obrigações (%)	Pagamentos / Obrigações	98,4%	99,2%	-1%
Indicador de estrutura da receita efetiva	Receita cobrada efetiva/ Total receita cobrada efetiva	98,3%	99,9%	-2%
Indicador de estrutura da despesa efetiva	Despesa paga efetiva/ Total despesa paga efetiva	95,9%	97,3%	-1%
Saldo Corrente	Receita corrente - Despesa corrente	147 021,00	23 819,34	-717%
Saldo de Capital	Receita de capital - Despesa de capital	-	-	-
Saldo Primário	Receita efetiva - Despesa efetiva + Juros e outros encargos	147 021,03	23 627,62	-722%
Saldo Global	Receita efetiva - Despesa efetiva	147 021,00	23 819,34	-717%

### **Quadro n.º 3 – Indicadores orçamentais**



4

### 3.2 ÓTICA DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Neste relato serão analisados os factos que julgamos mais pertinentes, comentando-se os aspetos que consideramos mais relevantes.

A realidade económica e financeira da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz é particularmente uniforme na sua dinâmica ao longo dos últimos exercícios económicos, onde se pode verificar que o financiamento da sua atividade principal assenta fundamentalmente, como já foi referido anteriormente, nas transferências do Orçamento da RAM.

Ao nível do registo contabilístico dos fatos patrimoniais, importa salientar que em 2018 a adoção do novo referencial normativo aplicado a contabilidade pública (SNC-AP), implicando um conjunto de ajustamentos transversal em toda a estrutura contabilística da escola.

#### Situação Económica

##### *Gastos operacionais*

Os Gastos Operacionais, registaram um montante global de 8 617 095,84 EUR.

(cfr. quadro infra).

Gastos operacionais	2025	%	2024	%	Variação	%
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	54 131,03	0,63%	40 602,71	0,48%	13 528,32	33,32%
Fornecimentos e serviços externos	379 347,98	4,40%	357 595,60	4,26%	21 752,38	6,08%
Gastos com o pessoal	8 111 996,83	94,14%	7 969 623,07	94,85%	142 373,76	1,79%
Transferências correntes concedidas	-	0,00%	-	0,00%	-	-
Prestações sociais concedidas	38 894,77	0,45%	34 152,87	0,41%	4 741,90	13,88%
Provisões do período	-	-	-	-	-	-
Outros gastos	32 725,23	0,38%	0,18	0,00%	32 725,05	18180583,33%
	<b>8 617 095,84</b>	<b>100,00%</b>	<b>8 401 974,43</b>	<b>100,00%</b>	<b>215 121,41</b>	<b>2,56%</b>

Gastos sobre Investimentos	2025	%	2024	%	Variação	Variação %
Gastos de depreciação e de amortização	141 879,60	100,00%	137 354,35	100,00%	4 525,25	3,29%
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-
Perdas por reduções de justo valor	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>141 879,60</b>	<b>100,00%</b>	<b>137 354,35</b>	<b>100,00%</b>	<b>4 525,25</b>	<b>3,29%</b>

**Quadro n.º 4 – Estrutura de Custos Operacionais**

No ano económico de 2025, o agrupamento mais representativo na estrutura dos gastos operacionais foi o dos gastos com pessoal, representando 94,14% do total de gastos operacionais e que ascenderam o montante de 8 111 996,83 EUR, seguido dos fornecimentos e serviços externos com 4,40% do total de gastos operacionais, a que correspondeu um montante de 379 347,98 EUR, os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas com 54 131,03 EUR com 0,63% do total de gastos operacionais, as prestações sociais concedidas com um montante de 38 894,77 EUR com 0,45% do total de gastos operacionais e por fim, os outros gastos com um montante 32 725,23 EUR com 0,38% do total de gastos operacionais.

Os gastos de depreciação e de amortização totalizam um montante de 141 879,60 EUR.

Importante será dizer que não foram constituídas imparidades de dívidas a receber.

Os gastos por juros e outros encargos totalizam um montante de 0,03 EUR. (cfr. quadro infra nº 5).

Gastos Financeiros	2025	%	2024	%	Variação	%
Gastos por juros e outros encargos	0,03	100,00%	41,96	100,00%	-41,93	-99,93%
Total	0,03	100,00%	41,96	100,00%	-41,93	-99,93%

**Quadro n.º 5 – Estrutura de Gastos não operacionais****Rendimentos operacionais**

No ano económico de 2025, os rendimentos operacionais resultantes dos movimentos contabilizados, totalizaram um montante de 8 776 495,14 EUR.

Rendimentos operacionais	2025	%	2024	%	Varição	Varição %
Impostos, contribuições e taxas	1 508,06	0,02%	1 381,60	0,02%	126,46	9,15%
Vendas	3 463,76	0,04%	4 018,21	0,05%	-554,45	-13,80%
Prestações de serviços e concessões	81 401,62	0,93%	80 264,24	0,93%	1 137,38	1,42%
Variações nos inventários da produção						-
Trabalhos para a própria entidade						-
Transferências e subsídios correntes obtidos	8 651 045,39	98,57%	8 500 314,57	98,52%	150 730,82	1,77%
Outros rendimentos	39 076,31	0,45%	42 127,62	0,49%	-3 051,31	-7,24%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares						-
<b>Total</b>	<b>8 776 495,14</b>	<b>100,00%</b>	<b>8 628 106,24</b>	<b>100,00%</b>	<b>148 388,90</b>	<b>1,72%</b>

### **Quadro n.º 6 – Estrutura de Rendimentos Operacionais**

Entre os rendimentos operacionais, a categoria de maior destaque foi a de transferências correntes e subsídios à exploração obtidos, que ascendeu o valor de 8 651 045,39 EUR, correspondendo a cerca de 98,57% do total dos rendimentos operacionais.

Os restantes proveitos assumem uma expressão ínfima no cômputo do total dos proveitos. Destaca-se a categoria das prestações de serviços e concessões no montante de 81 401,62 EUR com um peso aproximadamente de 0,93%, a categoria de outros rendimentos no montante de 39 076,31 EUR correspondendo a cerca de 0,45%, seguida das vendas no montante de 3 463,76 EUR com um peso de cerca de 0,04% e por fim, a categoria de impostos, contribuições e taxas no montante de 1 508,06 EUR com um peso aproximadamente de 0,02%, (cfr. quadro n.º 6).

### **Financiamento da atividade**

Em 2025 não foram observados gastos nem rendimentos associados ao financiamento da exploração da atividade, facto que se aceita atendendo às limitações colocadas ao nível do endividamento público e às restrições impostas pelas regras da execução orçamental a que as instituições publicas estão sujeitas.

7

### Apuramento dos Resultados

Resultados		2025	2024	Variação	Variação
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	<i>Resultados Operacionais</i>	159 399,30	226 131,81	-	66 732,51 € -29,51%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	<i>Resultados Financeiros</i>	17 519,70	88 777,46	-	71 257,76 € -80,27%
Resultado antes de impostos		17 519,67	88 735,50	-	71 215,83 € -80,26%
Resultado Líquido do Período		17 519,67	88 735,50	-	71 215,83 € -80,26%

### Quadro n.º 7 – Apuramento de Resultado

Dimensão	Indicador	Formula de cálculo	2025	2024	Var %
Liquidez	Liquidez Geral	Ativo corrente (ou CP) / Passivo corrente (ou CP), sendo que: Ativo corrente = Inventários + Créditos de Curto Prazo + Disponibilidades	1,36	1,44	-5%
	Liquidez Reduzida	Ativo corrente - Inventários / Passivo corrente (ou CP)	1,36	1,43	-5%
	Liquidez Imediata	Disponibilidades (ou meios financeiros líquidos) / Passivo Corrente (ou CP)	0,12	0,01	2052%
Rentabilidade	Rentabilidade operacional do Volume de Negócios (ROVN)	Resultados operacionais (EBIT) / Volume de negócios * 100	1,85	2,64	-30%
	Taxa de Margem Bruta (TMB)	Margem Bruta / Volume de Negócios * 100, sendo que: Margem bruta = vendas - custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,59	0,43	37%
	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	Resultados Líquidos / Património Líquido * 100	4,01%	19,60%	-80%
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	Resultados operacionais (EBIT) / Ativo * 100	9,7%	15,2%	-36%
Atividade	Grau de Rotação do Ativo (GRA)	Volume de Negócios / Ativo	5,24%	5,76%	-9%
	Prazo Médio de Inventários (PMI)	Saldo Médio Inventários / Saldo médio Custo das vendas * 365			
	Prazo Médio de Recebimentos (PMR)	Saldo Médio Clientes / Saldo Médio Volume de Negócios * 365			
	Prazo Médio de Pagamentos (PMR)	Saldo médio Fornecedores / Saldo médio (Compras + FSE) * 365			
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - Programa Pagar a Tempo e Horas	Saldo médio (Fornecedores + Fornecedores Imobilizado) / Saldo médio (Compras + FSE + Aquisição de Imobilizado) * 365			
Estrutura	Autonomia Financeira	Património Líquido / Ativo	26,48%	30,46%	-13%
	Solvabilidade	Património Líquido / Passivo	36,02%	43,80%	-18%
Financeira	Grau de cobertura dos gastos financeiros	Resultados operacionais / Gastos Financeiros	531331000%	538922%	98491%
	Endividamento	Passivo / Ativo	73,52%	69,54%	6%

### Quadro n.º 8 – Indicadores económico-financeiros

**Demonstração de Resultados**



Escola Básica e Secundária de Santa Cruz  
Av. 2 de agosto de 1996, 8, 9100 - 235 Santa Cruz  
ebsscruz@edu.madeira.gov.pt - 671 000 268

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

SNC-AP

APÓS APURAMENTOS 2025

DIVISA: EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Impostos, contribuições e taxas		1 508,08	1 381,80
Vendas		3 483,76	4 018,21
Prestações de serviços e concessões		81 401,62	80 264,24
Transferências e subsídios correntes obtidos	23.5	8 651 045,38	8 500 314,57
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos			
Variações nos inventários de produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	23.4	-54 131,03	-40 602,71
Fornecimentos e serviços externos		-379 347,98	-367 585,60
Gastos com o pessoal		-6 111 986,83	-7 969 623,07
Transferências e subsídios concedidos			
Prestações sociais		-38 864,77	-34 152,87
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	23.6	39 076,31	42 127,62
Outros gastos		-32 725,23	0,18
<b>Resultados antes de depreciações e resultados financeiros</b>		<b>159 399,36</b>	<b>226 131,81</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	23.7	-141 879,60	-137 364,36
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de resultados financeiros)</b>		<b>17 519,76</b>	<b>88 777,46</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-0,00	-41,96
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>17 519,76</b>	<b>88 735,50</b>
Imposto sobre o rendimento			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>17 519,76</b>	<b>88 735,50</b>

2

# Situação Financeira

## Balanço



Escola Básica e Secundária de Santa Cruz  
Av. 2 de agosto de 1996, 8, 9100 - 235 Santa Cruz  
ebsscruz@edu.madeira.gov.pt - 671 000 268

SNC AP

## BALANÇO

APÓS APURAMENTOS 2025

DIVISA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		419 063,38	437 291,99
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber	23.2		
		419 063,38	437 291,99
Ativo corrente			
Inventários		2 518,93	8 838,39
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	23.1		
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	23.2	1 077 110,00	1 030 645,20
Diferimentos		5 838,66	3 908,79
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Cassa e depósitos		145 261,02	5 751,54
		1 230 720,60	1 049 143,92
		1 649 783,98	1 486 435,91
Total do ativo			
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Capital		58 024,43	58 024,43
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transferidos		320 566,87	231 831,37
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido		40 751,76	74 181,70
Resultado líquido do período		17 519,67	88 735,50
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
		436 862,71	452 773,00
		436 862,71	452 773,00
Total do património líquido			
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar	23.3		
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis			829,50
Fornecedores			

DOCUMENTO PREPARADO POR CONTRATADA AFILIAÇÃO REGIONAL TCA S.A.S.

PÁGINA 1 DE 2



Escola Básica e Secundária de Santa Cruz  
Av. 2 de agosto de 1996, 8, 9100 - 235 Santa Cruz  
ebsscruz@edu.madeira.gov.pt - 671 000 268

# **BALANÇO**

SNC-AP

APÓS APLURAMENTOS 2025

DIVISA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		6 505,63	4 037,00
Estado e outros entes públicos		138 787,42	
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Outras contas a pagar	23.3	1 087 626,20	1 028 796,41
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
<b>Total do passivo</b>		<b>1 212 919,25</b>	<b>1 033 862,91</b>
<b>Total do património líquido e do passivo</b>		<b>1 212 919,25</b>	<b>1 033 862,91</b>
		<b>1 649 781,96</b>	<b>1 485 435,31</b>

***Lançamentos de abertura do exercício***

No âmbito da aplicação do novo normativo contabilístico SNC-AP, as primeiras demonstrações financeiras foram preparadas de forma comparativa de acordo com as NCP relevantes, utilizando os modelos emanados no Manual de Implementação.

**3.3 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

O resultado líquido do exercício apresenta um montante de 17 519,67 EUR, face ao resultado líquido obtido, o Conselho Administrativo propõe a afetação deste resultado à conta de Resultados Transitados.

Santa Cruz, 24 de março de 2026

O Conselho Administrativo



Rui Herculano Lobo de Freitas



Teresa Maria Gouveia da Mata



José Laurentino Fernandes de Sousa